

MERCADOS



Com aversão global, Bovespa inicia agosto em baixa de 0,2%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou até o meio da tarde por sinal positivo neste primeiro fechamento de agosto, após a recuperação vista nos dois meses anteriores, especialmente em julho, quando subiu 3%. Mas, do meio para o fim da tarde, o Índice Bovespa (Ibovespa) não conseguiu resistir à forte correção em Nova York nesta abertura de mês e também à pressão no câmbio, que foi negociada a R\$ 5,74 na máxima de ontem.

Assim, o Ibovespa fechou o dia em baixa de 0,2%, a 127.395,10 pontos, entre mínima de 127.149,63 (-0,39%) e máxima de 128.761,54 pontos (+0,87%) na sessão, em que saiu de abertura aos 127.652,02 pontos.

O giro financeiro foi a R\$ 23,8 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa recua 0,08% e, no ano, acumula perda de 5,06%.

A aversão global que prevaleceu nesta quinta-feira colocou o ouro - um típico ativo defensivo, buscado em momentos de risco econômico e geopolítico - no maior nível histórico intradiária na Comex, de Nova York, a US\$ 2.506,60 por onça-troy. Em Nova York, os principais índices de ações fecharam com perdas en-

tre 1,21% (Dow Jones) e 2,30% (Nasdaq) a sessão, em que o índice de volatilidade (VIX) atingiu o maior nível desde abril, refletindo o aumento da percepção de risco.

E, como pano de fundo, as tensões geopolíticas no Oriente Médio que afetam diretamente os preços de commodities, como o petróleo (em baixa de 1,63% no Brent), e reforçam a demanda por dólar, a principal referência entre as moedas.

Vale ON fechou em baixa de 2,24%, enquanto Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 1,85% (na mínima do dia no fechamento, a R\$ 39,85) e 1,52%. Na ponta perdedora do Ibovespa, Dexco (-4,38%), Embraer (-4,09%) e Cognac (-3,95%). No lado oposto, Vivo (+4,31%), Weg (+4,30%) e Marfrig (+3,71%).

DÓLAR

O dólar disparou ao longo da tarde e superou a barreira psicológica de R\$ 5,70, encerrando o dia no maior valor de fechamento desde fins de dezembro de 2021.

Com máxima a R\$ 5,7430, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 1,41%, cotado a R\$ 5,735 - maior valor de fechamento desde 21 de dezembro de 2022 (R\$ 5,7388).

CNC

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O nível de endividamento dos consumidores caiu na passagem de junho para julho, atingindo 78,5% das famílias brasileiras, uma redução de 0,3 ponto percentual (p.p.). É o primeiro recuo no indicador desde fevereiro.

No entanto, ainda está acima do primeiro trimestre de 2024, quando terminou em 78,1%. Na comparação anual também fica em nível superior a julho de 2023 (78,1%).

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em fevereiro, quando o indicador teve queda pela última vez, o recuo foi de 78,1% para 77,9%.

O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o país. São levadas em conta dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consig-

nado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Em uma análise por faixa de renda, o levantamento mostra que quanto menor o poder aquisitivo, maior o endividamento. Entre as famílias com renda de até três salários mínimos, 81% estão com dívidas.

O índice passa para 79,6% entre os consumidores que têm de três a cinco salários mínimos. Para famílias com renda entre cinco e dez salários mínimos, o endividamento alcança 76,7%. O menor nível é para as famílias com perfil acima de dez salários mínimos, 69,8%.

INADIMPLÊNCIA

A CNC ressalta que dívida não é necessariamente um comportamento financeiro negativo, uma vez que é uma forma de direcionar dinheiro para o consumo, o que aquece a economia como um todo.

No entanto, adverte que o índice de endividamento preocupa quando as famílias começam a apresentar dificuldade na capacidade de honrar os pagamentos,

a chamada inadimplência.

O percentual de famílias com dívidas atrasadas ficou em 28,8% em julho, mesmo patamar de junho. Há um ano, a marca era 29,6%.

Já a parcela de famílias que afirmam não ter capacidade de pagar as dívidas era de 11,9% em julho. Em outubro do ano passado o índice estava em 13%.

PERFIL DE DÍVIDA

O percentual médio de comprometimento da renda com dívidas foi de 29,6% em julho, sendo o quinto mês com retração nesse nível, quando estava em 30,4%. O tempo médio de comprometimento com dívida ficou em 7,2 meses.

A principal modalidade de endividamento é o cartão de crédito, sendo utilizado por 86% dos devedores. Os carnês figuram em seguida (15,7%), à frente de crédito pessoal (10,6%), financiamento de casa (9,1%), de carro (8,4%), e crédito consignado (5,6%).

RIO GRANDE DO SUL

A pesquisa de julho apresenta

uma abordagem específica sobre o Rio Grande do Sul, estado devastado por enchentes no fim de abril e em maio. O índice de endividamento das famílias gaúchas alcançou 91,2% - 12,7 p.p. acima da média brasileira. É a maior parcela desde outubro de 2023.

O percentual de famílias com dívidas já atrasadas chegou a 38%, o que representa 8,7 p.p. acima da média nacional. Para os pesquisadores, isso mostra que os gaúchos precisaram se endividar para ajustar os orçamentos em meio ao cenário afetado pelo desastre climático.

Sem o Rio Grande do Sul no cálculo da Peic, o Brasil teria taxa de endividamento de 78%.

PROJEÇÃO

A CNC projeta que o índice de endividamento no país deve recuar em agosto e setembro, chegando a 78,2%. A partir de então, é esperada nova trajetória ascendente, fechando o ano em 78,4%.

Em relação ao percentual de famílias com dívidas atrasadas, os pesquisadores apontam tendência de crescimento, finalizando 2024 em 29,5%.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

BNDES aprova R\$ 125 mi para rodovias no RS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 125 milhões à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Viasul), cujos trechos rodoviários concedidos foram afetados pelas chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul a partir de abril último.

O apoio de capital de giro para as necessidades de liquidez mais imediatas da empresa será feito pelo Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul.

A Viasul opera trechos das rodovias BRs 101, 290, 386 e 448 no Rio Grande do Sul, que totalizam 473,4 kms. Durante a calamidade climática a malha da concessionária foi atingida em 101 pontos com bloqueios. As rodovias sofreram danos na estrutura, como deslizamentos de terra, afundamento e inundações em longos trechos de pista.

Para restabelecer o tráfego, a prioridade foi intervir nas rodovias com ações emergenciais. A concessionária mobilizou serviços emergenciais de limpeza, sinalização e desvios, além de orientar as equipes operacionais para garantir a segurança dos usuários.

"O governo federal vem atuando incansavelmente para a retomada da atividade econômica do Rio Grande do Sul. Esse apoio no capital de giro para restabelecer a malha rodoviária vai ser fundamental para os setores produtivos e beneficiará grande parte da população", disse o ministro da Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. "Alinhado com o Ministério da Reconstrução do RS, o BNDES aprova mais uma ope-

ração que visa garantir a continuidade da prestação dos serviços e a trafegabilidade das rodovias gaúchas que sofreram danos nas enchentes de abril e maio desse ano", destacou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O PROGRAMA

O BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul apoia ações de redução e adaptação às mudanças climáticas, além do enfrentamento de consequências socioeconômicas das chuvas extremas no Rio Grande do Sul. O instrumento tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025 ou até a utilização total dos R\$ 15 bilhões em recursos.

"A Viasul é uma rota fundamental para a economia do estado do Rio Grande do Sul, tendo sido severamente impactada pela catástrofe climática. Com o crédito emergencial, o BNDES propicia a liquidez do projeto, que incorreu em gastos extraordinários para manter a trafegabilidade das rodovias administradas", disse Luciana Costa, diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES.

"O orçamento do programa está dividido em três linhas com diferentes propósitos: capital de giro (crédito emergencial), aquisição de máquinas e equipamentos e investimento para reconstrução dos empreendimentos afetados.

Ao atender as necessidades de liquidez mais imediatas, o capital de giro é fundamental para manutenção de empregos, pagamento dos salários, renovação de estoques e quitação dos compromissos com fornecedores", anunciou o BNDES.

CNI

Faturamento real da indústria brasileira avança 6,3% em junho

O faturamento real da indústria de transformação do país cresceu 6,3% em junho deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta mostra recuperação da queda de 4,8% observada em maio. Com o resultado, o setor acumula um crescimento de 1,4% em seu faturamento real, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacio-

nal da Indústria (CNI).

"A recuperação trazida pelos indicadores em junho reflete a superação de uma série de problemas que afetaram a atividade em maio, quando a produção industrial tinha sido muito afetada por greves nos setores de veículos automotores e pelos efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul", afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Segundo ele, as enchentes

gaúchas afetaram não apenas o setor industrial do Rio Grande do Sul, como fábricas que dependem de insumos produzidos naquele estado.

O indicador de número de horas trabalhadas na indústria brasileira cresceu 2,2% entre maio e junho e acumulou uma alta de 2,6% no primeiro semestre. A massa salarial real do setor também avançou de maio para junho (4,3%) e no acumulado do

semestre (3,8%).

Já o rendimento médio dos trabalhadores apresentou crescimento de 4,2% em junho, na comparação com maio e de 2,2%, no primeiro semestre.

O emprego no setor foi o único indicador que não teve alta no mês, já que se manteve estável de maio para junho. No acumulado do semestre, o emprego na indústria acumula alta de 1,6%, de acordo com a CNI.

BALANÇO

Cielo registra lucro de R\$ 385,6 mi no 2º trimestre, baixa de 20,7% em um ano

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Cielo teve lucro líquido recorrente de R\$ 385,6 milhões no segundo trimestre deste ano, uma queda de 20,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre deste ano, a baixa foi de 23,4%.

A companhia afirma que a queda dos resultados veio em função da redução do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Nesta linha, o resultado foi de R\$ 727

milhões, número 30,5% menor que o do mesmo período do ano passado em bases recorrentes.

Essa redução se deu diante do comportamento das receitas e também do aumento dos investimentos, em um reflexo da busca da Cielo por maior presença comercial no segmento de pequenas e médias empresas. Também pesaram investimentos em tecnologia.

No segundo trimestre, a receita operacional líquida da Cielo foi de R\$ 2,479 bilhões, uma

queda de 6,2% na comparação com o segundo trimestre de 2022. O detratador foi a Cielo Brasil, que reúne as atividades de aquisição, e que teve receita de R\$ 1,419 bilhão, queda de 13,2% em um ano.

Essa baixa veio da redução da rentabilidade da captura de transações da empresa. Segundo a credenciadora, o mix de clientes menos favorável e a redução da participação da antecipação de recebíveis na base explicam essa redução.

Por outro lado, a Cielo teve receita financeira líquida de R\$ 86,3 milhões no segundo trimestre, contra uma despesa de R\$ 49,3 milhões no mesmo período do ano passado.

O retorno ao campo positivo veio com a mudança na estrutura financeira da empresa, que passou a manter captações com o mesmo prazo das operações de antecipação de recebíveis, o que reduziu os custos. A queda da Selic também contribuiu positivamente para o número.

Nota

PETROBRAS ANUNCIA ALTA DE 7,1% NO PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO

A Petrobras anunciou ontem um aumento médio de 7,1% no valor do querosene de aviação (QAV) praticado para a venda às distribuidoras. É a segunda alta seguida no preço do combustível, o mais demandado no transporte aéreo. Ele é usado em aviões e helicópteros dotados de motores à turbina. No início do mês de julho houve um reajuste de 3,2%. De acordo com nota divulgada

pela Petrobras, o aumento acumulado no ano é de 0,8%, o que representa um acréscimo médio de R\$ 0,03 por litro na comparação com o preço de dezembro de 2023. "No comparativo desde dezembro de 2022, houve uma redução acumulada de 18,9%, o que equivale a um decréscimo de R\$ 0,96/litro", diz a estatal. As atualizações do preço do combustível costumam ocorrer mensalmente. Os novos valores já começaram a vigorar nas refinarias. A Petrobras comercializa o querosene de aviação apenas para as distribuidoras.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

EMPRESAS

Micro e pequenas geram seis de cada dez empregos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

As micro e pequenas empresas (MPes) foram responsáveis por 57,5% dos 201.705 criados no país com carteira assinada em junho, informou ontem o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

No mês, as micro e pequenas empresas geraram 115.907 empregos, enquanto as médias e grandes empresas (MGEs) contribuíram com 63.953 dos novos postos de trabalho. Assim, de cada dez empregos gerados, seis estão nas MPes.

Levantamento do Sebrae - com base em dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - mos-

tra que os setores que lideraram a geração de empregos, entre as MPes, foram de Serviços (49.018 vagas); Comércio (27.443) e Construção (18.753).

No item das médias e grandes empresas os segmentos que mais criaram postos de trabalho foram: Serviços (32.024 novas vagas), Indústria da Transformação (13.101) e Agropecuária (8.343).

Proporcionalmente, os estados em que as MPes mais criaram empregos foram o Amazonas (2.532), com saldo de 16,47 empregos a cada mil gerados; Acre (629 empregos e saldo de 15,31 a cada mil postos gerados); e o Maranhão, com 3.494 e saldo de 15,28 a cada mil empregos criados.

MENOR VOLUME

Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul foram os que apresentaram o menor volume de criação de empregos proporcionalmente. O Rio Grande do Sul - atingido por enchentes entre abril e maio - ficou com uma geração negativa de -5.100 vagas e saldo negativo de -3,67 empregos a cada mil gerados.

O Paraná criou 6.619 empregos, tendo saldo de 4,66 empregos a cada mil gerados. Mato Grosso do Sul criou 1.392 empregos e teve saldo de 4,72 postos a cada mil gerados.

O levantamento do Sebrae mostra ainda que, em junho, as MPes geraram, na região Norte, 115.907 vagas com carteira assinada, saldo de 11,8 empregos a

cada mil criados.

O Nordeste criou 29.725 postos de trabalho e registrou saldo de 9,63 empregos a cada mil gerados. O Sudeste gerou 54.896 5,72 vagas em junho, com saldo de 9,63 a cada mil empregos; o Centro-Oeste teve 13.688 vagas e saldo de 8,09 a cada mil gerados. O Sul ficou com 7.258 novas vagas e saldo de 1,85 a cada mil empregos gerados.

No acumulado até junho, o país fechou o primeiro semestre com saldo positivo de 1.300.044 novas vagas. "Desse total, as MPes foram responsáveis por 777.222 vagas, o que equivale a 59,8% do saldo de empregos gerados, enquanto MGEs formalizaram 395.850, 30,4% do total de empregos", finalizou o Sebrae.

VITÓRIA DE ZEMA

STF prorroga suspensão da dívida de Minas com o governo federal

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem, em Brasília, prorrogar a suspensão do pagamento da dívida de Minas Gerais com governo federal até 28 de agosto.

O magistrado atendeu pedido do governo estadual para ampliar outra decisão da Corte, proferida pelo ministro Edson Fachin, que também determinou a suspensão do prazo, que

terminaria ontem.

Na decisão, Nunes Marques entendeu que cabe ao Judiciário fazer a intermediação da questão.

"A intervenção do Poder Judiciário é justificável ante seu papel de agente mediador de interesses dos entes políticos, buscando-se uma resolução consensual para a regularização da grave situação fiscal do estado-membro", justificou o ministro.

Em parecer enviado na quarta-feira passada ao Supremo, a Advocacia Geral da União

(AGU) opinou contra a concessão da prorrogação.

RECUPERAÇÃO FISCAL

No parecer, o órgão sustentou que o governo deve aprovar medidas de contrapartida no Legislativo estadual para aderir ao regime de recuperação fiscal da União. Além disso, a AGU defende que as parcelas da dívida devem ser pagas normalmente.

"A União entende como imprescindível a sinalização de comprometimento do estado de

Minas Gerais com o reequilíbrio fiscal com, no mínimo, a retomada do pagamento do seu serviço da dívida, ainda que no modelo benéfico já ventilado por este central, consistente no retorno ao pagamento como se no Regime de Recuperação Fiscal estivesse, para que seja possível cogitar-se eventual abertura de procedimento conciliatório", afirmou a AGU.

A dívida de Minas com o governo federal está em torno de R\$ 165 bilhões.

2025

Receita: ajustes em cigarro geram ganho de arrecadação de R\$ 3 bi

AMANDA PUPO/AE

O Ministério da Fazenda estima que as elevações na tributação e no preço mínimo do cigarro devem gerar um ganho de arrecadação de R\$ 299,54 milhões neste ano, saldo positivo que saltará a R\$ 3,017 bilhões em 2025 e a R\$ 3,051 bilhões para o orçamento de 2026. O menor impacto neste ano se dá em razão do curto período de tempo para as mudanças surtirem efeito em 2024. O aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) só valerá a partir de 1º de novembro, enquanto a elevação do preço mínimo funcio-

nará a partir de 1º de setembro.

No caso do IPI, embora a alíquota ad valorem permaneça em 66,7%, a alíquota específica para maços e boxes subirá dos atuais R\$ 1,50 para R\$ 2,25. Já o preço mínimo irá de R\$ 5 para R\$ 6,50.

Como mostrou a reportagem, a paralisação do patamar do preço mínimo do cigarro provocou uma redução sustentada da média real do valor de um maço de 20 cigarros fabricado por empresas legalmente registradas no País.

De acordo com a Receita, o aumento de receita tributária decorrente dos ajustes será utilizado como medida compensatória à

renúncia de receita gerada pela Lei nº 14.943, de 13 de julho deste ano. A legislação foi responsável por estender ao farelo e ao óleo de milho o mesmo tratamento tributário concedido à soja relativamente à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

PREÇO BAIXO

É de 2011 a lei que criou uma política de preços mínimos para a mercadoria, com vigência a partir de maio de 2012, quando esse piso passou a ser de R\$ 3, aumentando R\$ 0,50 anualmente até atingir R\$ 4,50 em 2015. Em 2016, foi publicado o último

decreto sobre o tema, estabelecendo o valor em R\$ 5. O piso é válido em todo o território nacional e qualquer cigarro vendido abaixo deste valor será ilegal, diz o site do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Segundo a Receita, se os valores fossem corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alíquota específica já teria sido elevada a R\$ 3,45 e o preço mínimo, a R\$ 11,88. "De 2016 a março de 2022, a falta de ajuste provocou uma queda real de 26% dos preços reais dos cigarros brasileiros", disse o órgão.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Vocabulário onomástico

Quando assumi a presidência da Academia Brasileira de Letras, em 1999, senti que havia algumas necessidades básicas. Uma delas era a edição do seu Vocabulário Onomástico. Convoquei o meu amigo Antônio José Chediak e montamos uma equipe para operar no assunto.

Nomes próprios de vários países integraram este trabalho, em particular os de Portugal. Tive a imensa colaboração do acadêmico Josué Montello, meu colega da revista Manchete, que emprestou obras notáveis para o desenvolvimento desta obra. De grande interesse foi o livro de Philipp Besnard e Guy Desplanques, onde se afirma: "Ce livre pour la première fois à eux-ci d'avoir toutes en main por jouer avec la mode, d'éviter les prénoms éphémères, de découvrir les nouveaux venus ou de préférer les classiques. Les prénoms sont en effet plus que tout sensibles à l'air du temps."

Decorridos tantos anos, é natural que a obra exija uma severa atualização. É tarefa para a sua atual Comissão de Lexicografia e Lexicologia, que tenho a honra de presidir, ao lado de figuras notáveis como os especialistas Evanildo Bechara, Ricardo Cavalieri, Godofredo Oliveira e Carlos Nejar, todos empenhados nesse mesmo objetivo.

Com um pormenor essencial: hoje, esse trabalho se apresenta basicamente na sua versão online, mais confortável para os nossos consulentes.

Deve-se considerar que são múltiplos os trabalhos de atualização, envolvendo o Dicionário da Língua Portuguesa, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e também o Dicionário de Topônimos e Gentílicos, num esforço gigantesco de servir aos cultores da nossa língua.

O que se pode inferir, abordando todos esses estudos, é que a nossa língua vibra com todas as necessárias modificações. Não está paralisada, ao contrário, se atualiza de acordo com os avanços da ciência e da tecnologia. Há uns poucos anos, quem poderia adivinhar o que seria, por exemplo, a inteligência artificial generativa, hoje uma realidade?

IMPORTAÇÃO

Mercadante defende alíquota maior para carros elétricos

RENAN MONTEIRO/AE

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, avaliou ontem que a alíquota do imposto de importação para carros elétricos poderia ser "mais severa" e defendeu mais investimentos da China no Brasil. Mercadante também declarou que o Brasil, por não ter uma capacidade fiscal equivalente aos EUA, deve usar o crédito com "muita inteligência" em áreas estratégicas.

"Agora nós estamos estabelecendo alíquotas e, se dependesse de mim, as alíquotas seriam mais severas. Cotas foram dadas. Você não pode romper uma relação bilateral, ainda mais com um país amigo como é a China" afirmou o presidente do banco público, em evento de celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China. A defesa do governo é incentivar a produção de veículos eletrificados no Brasil, atraindo investimentos

para o setor. Em julho, o imposto passou de 10% para 18%. A perspectiva é atingir 35% em julho de 2026. As importações de carros elétricos neste ano "cresceram 440%", declarou Mercadante. "Não nos interessa importar carro elétrico. Isso é um momento passageiro. Nós queremos investimento no Brasil. Queremos que a BYD produza aqui, ônibus elétrico e o carro híbrido" disse ele.

A BYD e o governo da Bahia formalizaram em março o processo de compra e venda do terreno onde funcionará a fábrica da montadora chinesa em Camaçari, próximo a Salvador.

Mercadante falou da necessidade de "botar de pé" a fábrica o quanto antes, para entregar "um carro sinobrasileiro". "EUA fazendo um Plano Marshall para se reindustrializar, Europa segue (com investimento no setor). E nós não temos a mesma capacidade fiscal, então temos que ter muita inteligência para usar o crédito em áreas estratégicas, como é inovação do BNDES", disse.

Nota

BB FAZ APORTE NA AGRITECH IDGEO ATRAVÉS DE FUNDO DE CORPORATE VENTURE CAPITAL

O Banco do Brasil fez um aporte na agritech (empresa de tecnologia para o mercado agrícola) IDGeo, liderando uma rodada seed de R\$ 5 mi. O aporte do banco foi feito através do BB Ventures, fundo de corporate venture capital (que compra participações em empresas) que é gerido pela MSW Capital. De acordo com o BB, a agritech utilizará os recursos para expandir a força comercial, e também para desenvolver produtos para a recuperação de pastagens degradadas, com foco na melhoria da qualidade do solo e no aumento da capacidade de sequestro de carbono. Outra frente será o desenvolvimento de tecnologias próprias de inteligência artificial, que estão em teste no Canadá.

ABREU BADIOLA HOLDING LTDA
 CNPJ/MF 53.241.086/0001-00 - NIRE 33.2.1300131-1
 Ata da Reunião de Sócios Data, Hora e Local: 28/07/2024, na sede social. Convocação: dispensada, § 4º, Artigo 124, Lei nº 6.404/76. Presença: reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da Abreu Badiola Holding LTDA. Ordem do Dia Cancelamento de ações da Sociedade e redução do capital social. Deliberações: Os acionistas, com base no capital de social de 1.197.235,00, deliberam pela redução do capital social da Companhia, com o cancelamento 1.143.305 quotas, uma vez que o julgam excessivo, nos termos do art. 1082, II do Código Civil, desta forma o capital social da Companhia passa a ser R\$ 53.930,00, divididos em 53.930 quotas, no valor de R\$ 1,00, cada uma. Esta ata é Extrato da Ata da Reunião de Sócios, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados.
 Niterói, 28/07/2024.
 Mario de Abreu Badiola - Presidente,
 Matheus Machado Cruz Badiola - Secretário.

FARGO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
 CNPJ: 31.253.024/0001-86 e NIRE: 33201525841
 Ata de Reunião de Sócios da Sociedade Empresária Limitada
 Ata de Reunião de sócios de 18 de Junho de 2024, Data, Hora e Local. Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho de 2024 às 14:00 horas, na sede da Sociedade, situada na Rua Ceará, nº. 85 - A, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20270-160. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estarem todos as sócias presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. Presentes: **Andrea Garcia da Costa**, brasileira, divorciada, nascida em 23/10/1954, economiária, portadora da carteira de identidade nº 033347220 expedida pelo IFRJ e inscrita no CPF sob o nº 667.732.377-34, residente e domiciliada nesta cidade do Rio de Janeiro/RJ, na rua Tobias Moscoso, 249, Tijuca, CEP 20530-540. **Silvana Garcia da Costa**, brasileira, divorciada, nascida em 20/04/1956, comerciante, portadora da carteira de identidade nº 035443175 expedida pelo IFRJ e inscrita no CPF sob o nº 667.782.557-49, residente e domiciliada na cidade de Nova Friburgo/RJ, na Avenida Antônio Mário de Azevedo, 14.138 - Campo do Coelho, CEP 28630-590. **Composição da Mesa:** Presidente: **Andrea Garcia da Costa**, brasileira, divorciada, economiária, portadora da carteira de identidade nº 033347220 expedida pelo IFRJ e inscrita no CPF sob o nº 667.732.377-34, residente e domiciliada nesta cidade do Rio de Janeiro/RJ, na rua Tobias Moscoso, 249, Tijuca, CEP 20530-540, e como Secretária: **Silvana Garcia da Costa**, brasileira, divorciada, nascida em 20/04/1956, comerciante, portadora da carteira de identidade nº 035443175 expedida pelo IFRJ e inscrita no CPF sob o nº 667.782.557-49, residente e domiciliada na cidade de Nova Friburgo/RJ, na Avenida Antônio Mário de Azevedo, 14.138, Campo do Coelho, CEP 28630-590. **Ordem do Dia:** Consoante à cláusula 4ª do contrato social, os sócios resolvem reduzir o capital social no valor de R\$ 1.900.800,00, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 1.950.800,00 (Um milhão, novecentos e cinquenta mil e oitocentos reais), passará a ser de R\$ 50.000,00. (cinquenta mil reais). Dessa forma, declara ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, que a redução do capital social será realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios. Deliberação Tomada por Unanimidade e sem Qualquer Restrição. Após exame e discussão da matéria, os sócios por unanimidade e sem reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes. **Andrea Garcia da Costa** - Presidente; **Silvana Garcia da Costa** - Secretária. Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2024. **Presidente da Mesa:** Andrea Garcia da Costa. **Secretária da Mesa:** Silvana Garcia da Costa

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA SAÚDE BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.094/2024

O Pregoeiro André Luiz Marques Pombo convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.094/2024 no dia 14/08/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais de Laboratório (Testes para Imunologia e Outros) - (CORANTE CONJUNTO COMPLETO PARA COLORAÇÃO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS, COMPONENTES EOSINA AZUL DE METILENO E SOLUÇÃO RINSE, PARA EQUIPAMENTO COMPATÍVEL COM CORADOR DE LÂMINAS MODELO SLIDEINK PLUS DA MARCA VYTTRA. CONJUNTO COM 1000 TESTES; CORANTE, TIPO CONJUNTO COLORAÇÃO SEGUNDO WRIGHT GIEMSA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FRASCO 500 ML; REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO, CONJUNTO COMPLETO, ANÁLISE QUANTITATIVO DE ANTI-HCV, WESTERN BLOT, TESTE) Processo nº. 33409.005039/2024-65. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.



ELEIÇÕES 2024

Kataguiiri abandona candidatura para apoiar Ricardo Nunes

HUGO HENUDE/AE

O deputado federal Kim Kataguiiri (União-SP) anunciou ontem, que desistiu de concorrer à Prefeitura de São Paulo. O parlamentar criticou a falta de aval do União Brasil e declarou seu apoio ao atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB). "Fui sabotado pelo meu partido".

"Antes que digam que eu desisti, não desisti de disputar as eleições para a Prefeitura da cidade de São Paulo. Fui desistido e sabotado pelo meu partido, e é justamente por isso que não disputarei as eleições", disse.

O comunicado foi feito durante uma coletiva de imprensa realizada na sede do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo ao qual o parlamentar pertence, na zona oeste da capital paulista.

Kim se autodeclarava pré-candidato, mesmo sem o apoio do seu partido, o União Brasil. A expectativa é que a sigla oficialize o apoio à campanha de Nunes (MDB) nos próximos dias.

O parlamentar, um dos líderes do MBL, apareceu com 3% de intenção de voto na pesquisa mais recente da Genial/Quaest, divulgada na última terça-feira. Segundo o levantamento do instituto, Nunes tem 20% das intenções de voto, seguido pelo apresentador José Luiz Datena (PSDB) e

pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que aparecem com 19% cada. Os três estão empatados tecnicamente, considerando a margem de erro do levantamento, que é de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos.

Como mostrou a Coluna do Estadão, o União Brasil demora a confirmar a aliança com Nunes por causa da insatisfação com a escolha do ex-comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e coronel da reserva da Polícia Militar (PM) Ricardo de Mello Araújo para a vice. Milton Leite, presidente da Câmara Municipal (União-SP), também postulava a posição.

O presidente da Câmara de São Paulo aceitou a escolha, num acordo que envolve um revezamento com o PL no comando do Legislativo municipal em 2025, mas afirmou que o histórico na Rota poderia ser um problema para a campanha entrar em algumas regiões da cidade.

No final de julho, Nunes e o vereador voltaram a se reunir, e Leite afirmou que a relação entre eles melhorou em "90%". O apoio do União Brasil na capital pode significar até um minuto a mais de programa eleitoral gratuito. Além disso, o presidente da sigla e seus aliados têm capilaridade eleitoral nas periferias da cidade.

GUARULHOS

PF flagra no aeroporto mulher com 2 quilos de cocaína na calcinha

A Polícia Federal (PF) no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, prendeu ontem, três pessoas - uma jovem de 21 anos e dois homens de 23 e 18 anos, brasileiros - por tentarem embarcar com drogas escondidas em seus corpos, em peças íntimas, e até em cápsulas que foram engolidas.

Além disso, os agentes conduziram à Delegacia da PF no Aeroporto dois paraguaios que transportavam, sem autorização, ovos de aves exóticas, que seriam "consumidos para tratamento de pele", segundo alegaram.

A detenção da jovem de 21 anos ocorreu logo após ela passar pelo scanner corporal. Os agentes verificaram que ela tentava carregar, "em volumes fixados ao corpo, nas peças íntimas e nas cavidades corporais",

quase dois quilos de cocaína.

O entorpecente seria levado para a França. Os dois outros presos também pretendiam embarcar para a França, mas ao serem submetidos ao scanner corporal, foram detidos e encaminhados ao hospital público, em razão das suspeitas de estarem transportando cocaína na forma de cápsulas, "dentro de seus aparelhos digestivos".

Já ação contra os paraguaios se deu em razão de suspeitas envolvendo o itinerário da dupla, que saiu de Foz do Iguaçu, fez conexão em Guarulhos, para depois embarcar com destino ao Paraguai - segundo a PF, há voo direto para o país, partindo de Foz.

Após revistarem as malas dos homens, os agentes encontraram 24 ovos de aves, semelhantes aos de arara azul.

INFOSIGA

Mortes no trânsito no estado de São Paulo aumentam 23%

LEANDRO MARTINS/ABRASIL

A combinação de bebida alcoólica com direção de veículos e motos é responsável por número expressivo de mortes no trânsito. No primeiro semestre deste ano, somente no estado de São Paulo, 2.999 pessoas morreram em acidentes automobilísticos.

O número representa mil óbitos a mais do que no mesmo período de 2023, quando foram registrados quase dois mil óbitos. Os dados são do Infosiga, a plataforma de estatísticas do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Só na região metropolitana de São Paulo, 850 pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito, uma alta de 32% se comparado ao primeiro semestre do ano passado.

Os números poderiam ser ainda maiores, porque o cálculo das mortes por acidente automobilístico no Brasil é diferente de outros países. Pela lei nacional, só é considerado morte no trânsito quando a pessoa morre no local. Vítimas hospitalizadas que vêm a falecer depois, não entram nessa conta.

VÍTIMAS

Os motociclistas foram as principais vítimas fatais nas ruas e estradas paulistas no primeiro semestre - quase 1.300 - seguidos por condutores de automóveis e pedestres, com cerca de 700 casos em cada grupo, e depois, os ciclistas, com 219 mortes.

A morte de 2.999 pessoas em acidentes significou um aumento de 23,1% em relação ao primeiro semestre de 2023; a

morte de 700 pedestres atingidos cresceu 19,7% pelo mesmo critério; a morte entre ciclistas aumentou 23%; a morte de motociclistas cresceu 26,4% e de ocupantes de automóveis (672) subiu 22,9%.

A letalidade nas vias de São Paulo reflete a realidade do país. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa o terceiro lugar do mundo no ranking das nações com mais mortes em acidentes de trânsito, superado apenas por Índia e China, com populações cinco a seis vezes maiores que a brasileira.

Segundo o Infosiga, sábado e domingo são os dias mais letais. O Detran registra a maior parte das ocorrências com óbito durante a noite e a madrugada desses dias da semana.

Os órgãos oficiais que monitoram o trânsito no Brasil repi-

sam que os condutores precisavam lembrar de critérios básicos para dirigir que aprenderam nos cursos de habilitação. E as recomendações mais citadas são: se for beber, não dirija; respeite os limites de velocidade, use a seta para mudar de faixa e, sempre, atravesse a rua na faixa de pedestre.

No estado de São Paulo a taxa de mortalidade no trânsito para cada grupo de 100 mil habitantes está em 13,7 e a meta é chegar em 2023 com 5,68. No município de São Paulo, essa taxa está em 9,21, o equivalente a 1.053 mortes em doze meses para uma população de 11,4 milhões de habitantes. Proporcionalmente, o município de Sorocaba lidera com 15,27 óbitos por 100 mil habitantes. Sorocaba tem uma população de 733 mil habitantes.

LIGAÇÃO COM PCC

Presidente afastado da UPBus é beneficiado com prisão domiciliar

HEITOR MAZZOCO
E FAUSTO MACEDO/AE

Ubiratan Antonio da Cunha, presidente afastado da empresa de transporte UPBus, conseguiu autorização da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital para deixar a prisão e permanecer em regime domiciliar. A decisão foi publicada ontem, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE). Cunha é um dos principais alvos da Operação Fim da Linha, que investiga suposta atuação das empresas UPBus e Transwólf na lavagem de dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

De acordo com a decisão judicial, Cunha não pode manter contato com funcionários da

empresa de transporte e demais investigados. "Proibição absoluta de contato com funcionários da UPBus, entendidos em sentido amplo (abrangendo, prestadores terceiros, portadores, etc.) e proibição de manter contato com os outros corréus e testemunhas", diz o despacho judicial. Cunha foi capturado por agentes da 2ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (DEIC) no dia 16 de julho deste ano.

Segundo o Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que requereu a prisão naquele momento, o dirigente afastado da UPBus "afrontou decisão judicial" que lhe impôs uma série de medidas cautelares na operação, como a proibição de frequentar a sede da empresa.

Ainda segundo a publicação judicial, Cunha poderá deixar sua casa para consultas médicas até o fim de setembro. "Por fim, considerando o período de oito semanas indicado no relatório médico para recuperação parcial, a proibição de se ausentar da residência fica excepcionada para tratamento e consultas médicas e fisioterápicas (do próprio réu), previamente agendadas ou urgente, devidamente documentadas, no horário e pela rota exclusivamente destinada a tal finalidade, até o dia 30 de setembro de 2024.

Após essa data, restabelece-se o recolhimento domiciliar absoluto, somente podendo se ausentar com prévia e expressa autorização do juízo, exigência que também se aplica às saídas para

outras finalidades, a qualquer tempo", determinou a Justiça.

Cunha é réu por lavagem de dinheiro e organização criminosa. Na denúncia, o Ministério Público de São Paulo narra como o PCC se "infiltrou" no setor de transportes, controlando empresas do setor por meio de uma rede de laranjas e empresas fantasmas.

As UPBus e a Transwólf juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões pela Transwólf e 1,68 milhão pela UPBus. No ano passado, a Prefeitura de São Paulo repassou R\$ 748 milhões recursos do sistema de transporte para a Transwólf, que tem 1111 ônibus na zona sul, e R\$ 81,8 milhões para a UPBus, com seus 138 ônibus na zona leste.

PIRASSUNUNGA

Jovem está desaparecida após sair com amigas no interior de SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma jovem de 26 anos está desaparecida desde o último dia 25, quando saiu de casa para se encontrar com amigas, em Pirassununga, no interior de São Paulo. Na noite do mesmo dia, Tainara Pereira Leme Sabino da Silva avisou a mãe que estava voltando para casa, mas isso não aconteceu.

Segundo a família, que mora na Vila São Pedro, no mesmo dia do desaparecimento, um homem com quem a jovem se relacionava foi visto rondando a casa. A Polícia Civil investiga o caso, mas ainda não há suspeitos.

De acordo com a mãe de Tainara, Jaqueline Pereira Leme, a filha não costumava ficar longe das duas filhas, de 6 e de 10

anos, que estão com as avós. "Ela já passou a noite fora em outras ocasiões, mas foi só uma noite ou um dia. Jamais ela ficou tantos dias longe de casa, por isso a gente tem medo de que tenha acontecido alguma coisa. Estamos todos muito preocupados e desesperados, sem saber o que aconteceu", disse Jaqueline.

Segundo ela, a filha saiu de casa vestindo uma blusa azul e uma calça rosa (pink), sem levar bolsa, mala com roupas, nem seu celular, que está quebrado. À noite, ela usou o celular de uma amiga para dizer à mãe que estava voltando para casa. "Quando ela ligou, me pediu para deixar o cadeado do portão aberto, pois estava vindo, mas não veio", disse.

No dia seguinte ao desaparecimento, a família se mobilizou na tentativa de encontrar Tainara. O homem que vinha se encontrando com a jovem chegou a ser contatado, mas disse que ela também não dera notícias a ele. No sábado passado, pela manhã, Jaqueline foi à Polícia Civil e registrou um boletim de ocorrência. Desde então, segundo a Polícia Civil, o caso está sendo investigado.

Imagens de câmeras de monitoramento obtidas pela investigação mostram Tainara caminhando em uma rua do seu bairro às 22h38 do dia em que desapareceu. Segundo a mãe, a filha passou o dia com amigas e esteve em um bar. "A última vez que elas viram a Tainara, foi per-

to desse horário em que ela aparece na câmera do supermercado. Depois disso, não tivemos mais nenhuma informação. Está sendo um mistério ela sumir assim", disse a mãe.

Tainara estava desempregada, mas não tinha dívidas ou qualquer problema que a levasse a fugir, segundo a mãe. "Ela é conhecida de todo mundo aqui no bairro, todo mundo gosta dela e ela não tinha problema com ninguém."

A Polícia Civil de Pirassununga informou que já ouviu as pessoas que tiveram contato com Tainara antes de ela desaparecer e que não há suspeitos, mas o caso continua em investigação. Outras imagens de câmeras estão sendo analisadas e as diligências prosseguem.

AGOSTO

Carretas da Mamografia passam por municípios

Os municípios de Cunha, Lençóis Paulista, Queluz e Aguiar receberão durante o mês de agosto as Carretas da Mamografia, do Programa Mulheres de Peito, que visa o diagnóstico e tratamento precoce do câncer de mama.

O serviço é uma iniciativa do Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES) que promove a mamografia gratuita para mulheres acima de 35 anos.

Incentivando o autocuidado, as carretas atendem mulheres, sem necessidade de agendamento, entre 35 e 49 anos e acima de 70 anos mediante apresentação do RG, cartão do SUS (Sistema Único de Saúde) e pedido médico. Para as pacientes com idade entre 50 e 69 anos, é

necessário apresentar apenas RG e cartão do SUS.

Do dia 3 de janeiro até 27 de julho deste ano, foram realizados 18.895 exames de mamografia em 39 municípios do estado com três carretas de mamografia em funcionamento. Em 2023, o programa realizou 24.690 exames e percorreu 47 municípios. Caso sejam detectadas alte-

rações no exame, as pacientes são encaminhadas a um serviço de referência do SUS para a realização de exames complementares ou tratamento.

O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com disponibilização de até 50 senhas. Aos sábados, o horário é das 8h às 12h, exceto feriados, com atendimento de até 25 mulheres.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Titulares de CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 13 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), firmado entre a Securitizedora e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 36.11.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), a se reunirem em 21 de agosto de 2024, às 14:00 (duas) horas, em 1ª (primeira) convocação ("AGT"), de modo exclusivamente digital. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Securitizedora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de examinar, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (I) Declarar, ou não, o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático em decorrência do não cumprimento, pelo Devedor, dentro do prazo estabelecido nos Documentos da Operação, das obrigações dispostas nas seguintes cláusulas; (a) 8.2, subitem (xxvii) e (xxviii) da CPR-F (conforme definido no Termo de Securitização); (b) 11.1, subitem (iii) da CPR-F; (c) 11.2, subitem (xa) (a), (b) e (d) e subitem (xxvii) da CPR-F; (d) 5ª da Primeira Nota de Cessão de Fiduciária; e o 3º da Alienação Fiduciária de Imóveis. (II) Caso aprovado a não declaração do vencimento antecipado da Emissão no item (I) acima da Ordem do Dia, conceder prazo adicional para a Devedora regularizar os descumprimentos listados; (III) Autorizar a Securitizedora em conjunto do Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT CRA AGRO NORTE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Securitizedora para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significado a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 01 de agosto de 2024.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

GOVERNO BOLSONARO

STF derruba 'PEC Kamikaze' que reforçou benefícios sociais

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, em Brasília, derrubar a emenda constitucional - aprovada pelo Congresso durante o governo de Jair Bolsonaro - voltada para turbinar benefícios sociais durante as eleições de 2022. Na época, o caso ficou conhecido como "PEC Kamikaze".

Por maioria de votos, os ministros entenderam que a emenda é inconstitucional por ter liberado recursos durante ano eleitoral. Com a decisão, quem recebeu os auxílios não terá que devolver os recursos.

A promulgação foi contestada no Supremo pelo partido Novo. A Emenda Constitucional

123, de 14 de julho de 2022, foi aprovada em meio à campanha eleitoral para criar um estado de emergência decorrente da eleição "extraordinária e imprevisível" dos preços dos combustíveis e dos impactos sociais decorrentes do aumento.

Com a promulgação, Bolsonaro, então candidato à reeleição, conseguiu turbinar os benefícios sociais até o fim daquele ano.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) permitiu ao governo gastar R\$ 41 bilhões em despesas adicionais para viabilizar o pagamento de benefícios sociais, o que viabilizou o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, auxílio de R\$ 1 mil para caminhoneiros, vale-gás e redução da carga tributária de bio-

combustíveis, além repasses para estados e municípios.

REGRAS BURLADAS

Ao analisar a matéria, o relator do caso, ministro André Mendonça, rejeitou a ação por entender que os efeitos da emenda terminaram em 31 de dezembro de 2022.

Contudo, o voto do relator foi superado pelos votos da maioria do plenário. O ministro Flávio Dino entendeu que os gastos foram aprovados para burlar as regras eleitorais que não permitem distribuição de benefícios durante o período eleitoral.

"O presidente da República, qualquer que seja ele, tudo pode, e o prefeito do pequeno município vai ser cassado?", indagou Dino.

O ministro Alexandre de Moraes disse que a emenda teve influência na eleição e é necessária uma intervenção do Judiciário para evitar novas medidas ilegais.

"Naquele período em que foi aprovada a emenda constitucional, a situação do dólar, da inflação e do preço do petróleo era mais favorável do que em 2021, um ano antes. Em que pese os efeitos da guerra na Ucrânia, não houve essa situação emergencial tão diferente que um ano antes", afirmou.

A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Luís Roberto Barroso. Nunes Marques rejeitou a ação por entender que não houve ilegalidades.

REFÉM DO INGLÊS

Sem Espanhol, Lula sanciona novo ensino médio com veto

ANDREIA VERDÉLIO/BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reforma o novo ensino médio, mas vetou os trechos que tratavam de mudanças na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Lei nº 14.945/2024 foi publicada no Diário Oficial da União ontem.

O texto aprovado no Congresso Nacional previa que, a partir de 2027, fossem cobrados no Enem os conteúdos dos itinerários formativos (parte flexível do currículo à escolha do estudante), além daqueles da formação geral básica que já são cobrados. Aprovada durante a tramitação na Câmara dos Deputados, essa ideia havia sido retirada no Senado, mas acabou reinserida no texto final pelo relator, deputado Mendonça Filho (União-PE).

Ao vetar o trecho, o governo argumentou que a cobrança do conteúdo flexível "poderia comprometer a equivalência das provas, afetar as condições de isonomia na participação dos processos seletivos e aprofundar as desigualdades de acesso ao ensino superior". O veto voltará para análise dos parlamentares, que poderão mantê-lo ou derrubá-lo.

A proposta já havia sido criticada publicamente por integrantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que organiza o Enem.

Pelos itinerários, o estudante pode escolher se aprofundar em determinada área do conhecimento, como matemática ou ciências. Atualmente, as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários, podendo definir quais ofertarão.

O QUE MUDA

Pela nova lei, o início de implementação das reformas deve ocorrer já em 2025, no caso de alunos ingressantes no ensino médio. Os que já estiverem com o ensino médio em curso terão um período de transição.

Após sucessivos ajustes, com idas e vindas entre as duas casas do Congresso e nove meses de tramitação, ao final, foi mantida a essência do projeto do governo federal, que era ampliar a parcela de conteúdos da formação básica curricular - as disciplinas tradicionais, como português, matemática, física, química, inglês, história e geografia, conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular.

A carga horária da formação geral básica nos três anos de ensino médio voltará a ser de 2,4 mil. Mais 600 horas obrigatórias deverão ser preenchidas com disciplinas dos itinerários formativos, nos quais há disciplinas opcionais à escolha do aluno. A carga horária total será, então, de 3 mil horas: 1 mil para cada ano, dividido em 200 dias letivos de

cinco horas cada.

A nova lei atende à reivindicação da comunidade escolar e de entidades ligadas à educação, que se mobilizaram e pressionaram pela mudança, descontentes com o novo modelo de ensino médio que entrou em vigor em 2022, quando a formação geral foi reduzida a 1,8 mil horas.

A reforma aumentou para 2,1 mil horas a formação geral básica também no ensino técnico. As demais 900 horas devem ser dedicadas ao ensino profissionalizante, totalizando as 3 mil horas da carga total. Para profissões que exijam tempo maior de estudo, 300 horas da formação geral poderão ser utilizadas para o aprofundamento de disciplinas que tenham relação com o curso técnico -por exemplo, mais física para alunos de eletrotécnica.

O texto sancionado prevê apenas o inglês como língua estrangeira obrigatória. Os parlamentares rejeitaram a inclusão da obrigatoriedade do espanhol na formação geral básica, conforme defendiam secretários de Educação, que alegavam aumento de custos com a novidade, além de falta de professores.

Pelo texto final, o espanhol poderá ser ofertado de acordo com a disponibilidade dos sistemas de ensino. Em comunidades indígenas, o ensino médio poderá ser ofertado nas línguas maternas de cada povo.

Cada município brasileiro também deverá manter ao menos uma escola com a oferta de ensino médio regular noturno. A condição é que haja demanda manifestada e comprovada por esse turno nas matrículas feitas junto às secretarias de educação.

ITINERÁRIOS

A nova lei prevê menos liberdade nos itinerários formativos, que agora deverão seguir diretrizes nacionais, a serem elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), colegiado formado por representantes da sociedade civil indicados pelo Ministério da Educação.

Pelo novo texto, as disciplinas optativas no ensino médio deverão estar relacionadas a um dos seguintes quatro itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas. As diretrizes nacionais devem observar ainda especificidades da educação indígena e quilombola.

Isso restringe as possibilidades dos itinerários formativos. Os defensores da restrição apontaram a experiência malsucedida em diversos estados nos quais a ausência de padronização levou a uma ampliação de desigualdades, com a oferta de mais de 30 trilhas de aprofundamento em alguns locais e de nenhuma em outros.

VENEZUELA

Brasil, Colômbia e México pedem solução via institucional

LUCAS PORDEUS LEÓN/BRASIL-

Os governos do Brasil, Colômbia e México divulgaram uma nota conjunta ontem pedindo que o impasse em torno das eleições da Venezuela seja resolvido pela via institucional. O comunicado reforçou ainda a posição dos três países de que sejam divulgados os dados das eleições do último domingo por mesa de votação.

"As controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional. O princípio fundamental da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados", diz o texto.

O documento foi publicado após uma conversa por telefone, ontem à tarde, entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Manuel López Obrador.

Os governos dos países latino-americanos afirmaram ainda que seguem acompanhando com "muita atenção" o processo de escrutínio dos votos. "Fazemos um chamado às autoridades eleitorais da Venezuela para

que avancem de forma expedita e divulguem publicamente os dados desagregados por mesa de votação", afirmaram.

México, Brasil e Colômbia pediram que todos os atores políticos e sociais tenham cautela e contenham suas manifestações e eventos públicos para evitar mais violência. "Manter a paz social e proteger vidas humanas devem ser as preocupações prioritárias neste momento", afirmaram.

Os chefes de Estado completam o comunicado dizendo que têm "absoluto respeito pela soberania da vontade do povo da Venezuela" e que estão dispostos a apoiar "os esforços de diálogo e busca de acordos que beneficiem o povo venezuelano".

Desde que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) deu vitória a Nicolas Maduro no último domingo, a oposição tem acusado o processo de fraude e protestos foram registrados no país com ao menos 12 mortos, mais de mil presos e dezenas de feridos, incluindo mais de 80 militares ou policiais, segundo dados do próprio governo e da organização não governamental venezuelana Foro Penal.

OEA

O comunicado conjunto vem um dia após os três países não endossarem a resolução votada no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Conselho rejeitou - pela diferença de um voto - o texto que exigia a publicação "imediatamente" das atas eleitorais sobre o resultado da eleição do último domingo.

A resolução também pediu que seja permitida uma verificação integral dos resultados na presença de organizações de observação independentes "para garantir a transparência, credibilidade e legitimidade dos resultados eleitorais".

A assessoria de imprensa do Itamaraty justificou que, além da Venezuela não ser membro da OEA, o governo decidiu se abster porque quem define como ocorre a verificação dos resultados é a própria Venezuela e suas leis, não cabendo a OEA definir que organizações de observação independentes deveriam presenciar tal verificação.

Já o governo mexicano enviou comunicado informando que a OEA não tem a isenção e

equilíbrio necessário para discutir o tema da Venezuela e que há muita ingerência nos processos internos do país.

"Antes de conhecer os resultados, o diretor da OEA, (Luís) Almagro, já havia reconhecido a um dos candidatos, sem provas de nada. Para que vamos a uma reunião assim? Isso não é sério, não é responsável e não ajuda a buscar uma saída pacífica e democrática", afirmou o presidente López Obrador em coletiva de imprensa ontem.

Dos 34 estados membros da organização, 17 votaram à favor, faltando apenas um voto para aprovar a resolução. Votação à favor os países Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.

Por outro lado, se absteram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, Granada, Honduras, Bahamas, Barbados, Belize, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Antígua e Barbuda. Se ausentaram da votação o México, Dominica, Trindade e Tobago, São Vicente e Granadinas.

DOENÇA

São Paulo confirma dois casos de febre do Oropouche

ELAINE PATRICIA CRUZ/BRASIL

Dois casos de febre do Oropouche foram identificados e confirmados recentemente no estado de SP, informou ontem a Secretaria Estadual da Saúde. O diagnóstico ocorreu após resultado de exame de RT-PCR, que foi realizado pelo Instituto Adolfo Lutz. Segundo a secretaria, as infecções foram detectadas em duas moradoras do município de Cajati, na região do Vale do Ribeira. Nos dois casos, as pacientes se recuperaram da doença. As duas mulheres vivem em área rural, próximo a uma plantação de bananas, e não tinham histórico de deslocamento para outras regiões nos últimos 30 dias, o que sugere que se tratam de casos autóctones, contraídos na própria cidade ou no local onde vivem. Segundo o Ministério da Saúde, a febre é transmitida principalmente por um mosquito maruim.

JUSTIÇA

Desembargadores são afastados por venda de sentenças no MT

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, afastou ontem, os desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por suspeita de envolvimento em um esquema de venda de sentenças.

Os magistrados também são investigados por supostamente atuarem em casos patrocinados por um advogado - assassinado no ano passado - com o qual mantinham "amizade íntima", recebendo presentes e propinas em vez de se declararem impedidos para julgarem os processos.

Salomão ainda determinou a abertura de reclamações disciplinares sobre a conduta atribuída aos magistrados. O ministro quebrou os sigilos bancário e fiscal dos desembargadores e de servidores da Corte matogrossense, referente aos últimos cinco anos.

O corregedor consultou o

presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, sobre os afastamentos, que foram determinados "considerando a premente necessidade de prevenir situações futuras em caso de permanência dos desembargadores na jurisdição, com condutas reiteradas".

Ao determinar a investigação sobre os desembargadores, Salomão destacou indícios de que os magistrados mantinham "amizade íntima" com o advogado Roberto Zampieri, falecido.

A relação impediria os magistrados de atuarem em processos patrocinados por Zampieri. No entanto, segundo investigações preliminares, Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, recebiam propinas e presentes para julgarem recursos de acordo com o advogado.

"As investigações acenam para um cenário de graves faltas funcionais e indícios de recebimento de vantagens indevidas", indicou Salomão em despacho assinado nesta quinta, 1.

Nota

CORREGEDOR HOMOLOGA TAC E SUSPENDE APURAÇÕES SOBRE DESEMBARGADOR DA LAVA JATO

O corregedor nacional de Justiça Luis Felipe Salomão suspendeu três apurações disciplinares sobre o desembargador Marcelo Malucelli - um dos personagens centrais em recente imbróglio da Operação Lava Jato na Justiça Federal do Paraná. A medida ocorre após o ministro homologar um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Corregedoria e Malucelli. Os procedimentos foram suspensos na última sexta-feira, quando Salomão homologou o TAC de Malucelli. O acordo foi fechado com a Corregedoria durante audiência realizada no último dia 11. A homologação indica que o desembargador assumiu "obrigações" a serem cumpridas antes do eventual arquivamento dos pedidos de providências, mas o despacho não cita quais são as determinações, considerando o sigilo do caso. A aprovação do TAC respinga em pedidos de providências movidas pelo senador Renan Calheiros, o advogado Rodrigo Tacla Duran (que foi alvo da Operação Lava Jato) e a própria Corregedoria Nacional de Justiça. O termo também deve refletir sobre um pedido de investigação que partiu do senador Rogério Carvalho.



SAQUAREMA

Prefeita é afastada por improbidade administrativa

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio de Janeiro afastou ontem, a prefeita de Saquarema, Manoela Ramos de Souza Gomes Alves, por 90 dias e bloqueou os bens dela por improbidade administrativa.

Na decisão, o desembargador Marco Antonio explicou se fez absolutamente necessária uma extensa explanação "para demonstrar o quadro caótico em que se enredou a administração pública do município de Saquarema, o que, muito provavelmente, está causando uma sangria nos cofres públicos do município".

O Município de Saquarema, representado pelo vice-prefeito Rômulo Carvalho de Almeida, apresentou ação de improbidade administrativa contra a Manoela Peres, como a prefeita é conhecida na política, e outros 14 réus afirmando que a cidade vem sofrendo graves lesões ao erário em razão de direcionamento e ilicitude de recursos, que muitas vezes são fiscalizados por integrantes do quadro societário das próprias empresas prestadoras de serviço.

O Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação (IDPI), por exemplo, responsável pela gestão de R\$ 326 milhões, foi a única a apresentar proposta em uma licitação, e tem participação direta de parentes da prefeita.

Segundo o juízo de 1ª instância, criou-se, no âmbito da administração municipal, mecanismos de favorecimento econômico-financeiro a uma 'organização' estruturada a partir da "Família Peres", contando com a participação de empresas, servidores da prefeitura, familiares e, reitera-se, da própria prefeita, em ações devidamente coordenadas e voltadas ao saque do dinheiro público".

De acordo com a investigação pública do município de Saquarema, o que, muito provavelmente, está causando uma sangria nos cofres públicos do município".

A Justiça ainda observa que deve ser considerado o vultoso valor dos contratos que envolviam pessoas próximas da prefeita, "seja por parentesco, seja por afinidade, seja por vínculos hierárquicos. Dessa forma, havendo graves indícios da participação pessoal da prefeita Manoela Ramos De Souza Gomes Alves nos atos de improbidade administrativa, decreto seu imediato afastamento do cargo pelo prazo de 90 dias", escreveu o desembargador Marco Antonio Ibrahim, na decisão.

Como afastamento da prefeita Marcela Alves, o vice-prefeito Rômulo Gomes responderá pela prefeitura.

TEMPORARIAMENTE

Brasil assume embaixada da Argentina em Caracas

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O presidente da Argentina, Javier Milei, agradeceu ao Brasil por assumir temporariamente, ontem, a representação diplomática argentina em Caracas, na Venezuela, a pedido de seu governo, após o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, decretar, na segunda-feira passada, o fechamento da representação diplomática argentina e ordenar a expulsão do país dos diplomatas argentinos.

A publicação foi feita na rede social X de Milei.

"Os laços de amizade que unem a Argentina ao Brasil são muito fortes e históricos. A Venezuela respeitará, portanto, as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e da Convenção de Viena sobre Relações Consulares", publicou na rede X o presidente da Argentina, Javier Milei.

Na postagem, ele prevê a retomada democrática no país bolivariano. "Não tenho dúvidas de que, em breve, reabriremos a nossa embaixada em uma Venezuela livre e democrática", disse.

Na segunda-feira, o governo Maduro anunciou, por meio de um comunicado, que expulsaria o pessoal diplomático da Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai, que questionou a eleição presidencial na Venezuela,

no domingo passado.

Especificamente a Argentina acusou de fraude os resultados eleitorais. Adicionalmente, na terça-feira passada, a Venezuela anunciou, via chanceler da Venezuela (Yvan Gil), o rompimento das relações diplomáticas com o Peru, em resposta ao reconhecimento peruano do opositor de Maduro nas urnas, Edmundo González Urrutia, como presidente eleito da Venezuela.

COMUNICADO

A ministra de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Diana Mondino, também publicou na rede social X a foto do hasteamento da bandeira brasileira, na manhã de ontem, na residência do embaixador da Argentina, no solo venezuelano. A foto do hasteamento da bandeira brasileira, na manhã de ontem, na residência do embaixador da Argentina, no solo venezuelano.

Em nota à imprensa publicada um dia antes, o Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina confirmou que os funcionários diplomáticos, consulares e adidos de defesa argentinos que trabalhavam na Embaixada da Argentina em Caracas deixarão o país nesta quinta-feira, devido à notificação do governo da Venezuela, emitida em 29 de julho.

A nota da chancelaria reforça que a custódia da sede diplomática argentina envolve os cidadãos venezuelanos opositores ao governo de Nicolás Maduro, que estão refugiados na embaixada desde 20 de março.

Os seis asilados políticos devem ser mantidos no local, mas sem a presença de diplomatas argentinos, pois foram impedidos de sair do país juntamente com o corpo diplomático argentino, expulso da embaixada no início da semana.

O comunicado também explica que, sob a custódia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil se encarregará momentaneamente da administração e do cuidado dos imóveis das duas instalações da missão argentina em Caracas (a embaixada e a residência oficial do embaixador), seus bens e arquivos, bem como da proteção de seus interesses e dos nacionais argentinos em território venezuelano.

BRASIL

O governo brasileiro confirmou que mantém tratativas avançadas com a Argentina para a guarda das instalações diplomáticas do país vizinho em solo venezuelano, o que inclui a segurança dos opositores venezuelanos refugiados na embaixada argentina.

E com o Peru, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) afir-

ma que estão em estágio inicial as negociações para que o Brasil se responsabilize temporariamente pela embaixada do país andino também em Caracas, a pedido do governo do Peru.

Nessa quarta-feira (31), o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo brasileiro somente vai se posicionar sobre o resultado do pleito venezuelano após a publicação das atas pelo Conselho Nacional Eleitoral que detalham os resultados das urnas.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil explica que a divulgação dos dados desagregados, por mesa de votação, significa um passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito.

Na segunda-feira, a Embaixada do Brasil em Caracas emitiu um alerta consular a brasileiros e brasileiras residentes, em trânsito ou com viagem marcada à Venezuela para que acompanhem as informações sobre a situação de segurança local e evitem aglomerações.

Em caso de emergência envolvendo brasileiros, o telefone de plantão, com *whatsapp*, da Embaixada do Brasil em Caracas é: +58 414-3723337. O plantão consular geral do Itamaraty, em Brasília, pode ser acionado pelo telefone +55 (61) 98260-0610.

2024

RJ fecha 1º semestre com mais de 90 mil empregos formais

O Estado do Rio de Janeiro mantém a segunda posição no ranking nacional de geração de empregos, nos últimos 12 meses (julho/2023 a junho/2024), com as 17.229 novas vagas criadas no mês de junho. Esse número equivale a um crescimento de 31,1%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando foram gerados 13.142 postos de trabalho. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na terça-feira passada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

"O Rio de Janeiro vivencia, hoje, um momento de crescimento econômico. Estamos atraindo investimentos para todas as regiões do estado, temos batido sucessivos recordes de abertura de empresas, e apenas no primeiro semestre deste ano já criamos 90.857 empregos formais, segundo o Caged. Novos negócios geram novos empregos, que impulsionam a economia e proporcionam renda para os nossos trabalhadores, impactando positivamente a qualidade de vida da população", declarou o governador Cláudio Castro. O resultado do primeiro semestre de 2024 superou o do mesmo período do ano passado, quando o estado acumulou 74.024 postos de trabalho formal, em 22,7%. Já nos

últimos 12 meses, o número de empregos gerados chegou a 171.496, confirmando a posição de destaque do Rio de Janeiro frente à maioria dos outros estados brasileiros.

"Estamos planejando ações voltadas para o aumento da empregabilidade. Aliás, isso foi uma recomendação do governador Cláudio Castro, que eu pretendo cumprir. Vamos investir na qualificação profissional para que as vagas de emprego que divulgamos semanalmente sejam totalmente preenchidas", afirmou o secretário de Trabalho e Renda, Felipinho Ravis.

A análise do Novo Caged, realizada pelo Observatório do Trabalho da secretaria, identificou que todos os cinco grupos de atividade econômica apresentaram saldo positivo em junho, com destaque para os setores de Serviços (9.692), Comércio (2.961) e Indústria (2.516). Entre os municípios que mais criaram empregos, o Rio de Janeiro teve o melhor saldo, com 6.519 novos postos de trabalho, seguido por Niterói (1.152), Duque de Caxias (1.150), Macaé (1.100) e Campos dos Goytacazes, que gerou 1.035 oportunidades.

Os homens ocuparam mais vagas que as mulheres, com 57,4% e 42,6%, respectivamente.

OEA rejeita resolução por transparência nas eleições da Venezuela; Brasil não vota

FELIPE FRAZÃO E JÉSSICA PETROVNA/AE

O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) rejeitou, na quarta-feira passada, a resolução para exigir da Venezuela transparência nas eleições vencidas pelo presidente Nicolás Maduro sob suspeita de fraude. O Brasil se absteve na votação.

O projeto não teve maioria absoluta dos 34 Estados-membros. Dos países que participaram da reunião, foram 17 votos a favor, 11 abstenções e nenhum contra. Outros cinco países rejeitaram a convocação do conselho.

Entre os que se absteram destacam-se Brasil e Colômbia, países que têm governos de esquerda próximos ao chavismo, mas que pediram por transparência nas eleições venezuelanas.

O Itamaraty justificou que o País propôs uma linguagem com foco nas atas e se opôs à

formula de verificação que considera contraproducente porque a Venezuela não é membro da OEA. O Ministério das Relações Exteriores destacou ainda que está em contato constante com outros países para discutir a situação na Venezuela.

Participaram da reunião os ministros das Relações Exteriores da Argentina, Diana Mondino, Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, entre outros. Além do embaixador americano Brian A. Nichols, secretário adjunto do departamento de Estado americano. O chanceler Mauro Vieira esteve entre as ausências.

Ainda que o governo brasileiro tenha pedido por transparência na apuração e cobrado a divulgação das atas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que não tem nada grave, assustador ou anormal nas eleições da Venezuela. "Estou convencido de que é um processo normal, tranquilo."

Sem dar detalhes, o presidente do Conselho Permanente da

OEA, Ronald Sanders, lamentou que a reunião começou com duas horas de meia de atraso por discordâncias sobre uma frase no texto da resolução.

A proposta exigia, entre outras coisas, que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) publicasse imediatamente os resultados de cada centro de votação das eleições na Venezuela. Além da "verificação integral dos resultados na presença de observadores internacionais para garantir a transparência, credibilidade e legitimidade".

Mais cedo, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, disse que o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, havia reconhecido um dos candidatos ao criticar o que chamou de parcialidade da OEA e rejeitar o encontro.

"Então, para que vamos a uma reunião dessas? Isso não é sério, não é responsável, isso não ajuda a buscar uma saída pacífica e democrática para um

conflito em um país da América Latina", disse. O mexicano disse que é preciso ter transparência nas eleições, mas criticou o "intervencionismo" externo.

Um dia antes, Luis Almagro, pressionou Nicolás Maduro a apresentar as atas e reconhecer a derrota. "Ao longo de todo este processo eleitoral vimos a aplicação pelo regime venezuelano do seu esquema repressivo complementado por ações destinadas a distorcer completamente o resultado eleitoral, colocando esse resultado à disposição da manipulação mais aberrante", disse em nota.

O Conselho Nacional Eleitoral, controlado pelo chavismo, declarou Nicolás Maduro como vencedor das eleições com 51% dos votos, mas a oposição afirma ter provas de fraude eleitoral. Cobrado pela comunidade internacional a apresentar as atas eleição, o ditador pediu ao Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), também ligado ao regime, para periciar as eleições.

RÚSSIA

Jornalista americano Evan Gershkovich é libertado

Uma grande troca de prisioneiros entre a Rússia e países do Ocidente está em andamento envolvendo o repórter do *Wall Street Journal* Evan Gershkovich, que foi libertado da custódia russa. A Turquia anunciou que mediu a troca em Moscou e outros seis países em um acordo que envolve 26 pessoas

Gershkovich e o ex-soldado dos EUA, Paul Whelan, ambos acusados pelas autoridades russas de espionagem, estão entre os prisioneiros soltos por Moscou, segundo o governo turco. O opositor russo Ilya Yashin também será envolvido na troca, assim como o cidadão alemão Riko Krieger, preso em Belarus. O rus-

so Vadim Kresikov, que está preso na Alemanha, deve retornar a Moscou como parte do acordo.

MEDIÇÃO DA TURQUIA

O governo da Turquia apon-tou ontem, que mediu o acordo de troca de prisioneiros. Segundo o governo turco, a troca envolve 7 países: Rússia, Estados Unidos, Alemanha, Polônia, Noruega, Eslovênia e Belarus. O acordo envolve a troca de 26 prisioneiros.

A agência de inteligência da Turquia, a Organização Nacional de Inteligência (MIT, sigla em inglês), estabeleceu o diálogo entre os países para a troca. "As partes foram reunidas na

Turquia em julho de 2024 com a organização do MIT, que utiliza efetivamente a diplomacia de inteligência", acrescentou.

Ancara apontou que coordenou o processo desde o início das negociações até o "último momento" em que as trocas foram realizadas.

De acordo com a *CNN* americana, 3 russos presos nos EUA estão sendo preparados para a troca. O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que ainda não era o momento de se manifestar sobre o acordo.

HISTÓRICO

Gershkovich foi preso em março de 2023 enquanto trabalhava

na cidade de Ecatimburgo e foi sentenciado no mês passado a 16 anos de prisão por espionagem. Ele se declarou inocente e o *Wall Street Journal* e o governo dos EUA rejeitaram as acusações e as classificaram como absurdas.

Uma possível troca tem sido cogitada há meses, com longas discussões nos bastidores envolvendo vários governos, e poucos detalhes chegando ao domínio público. Muitos analistas vincularam a prisão inicial de Gershkovich a uma política russa que equivale a tomar réus, com o objetivo de aumentar a pressão sobre os países ocidentais para liberar espíões, hackers e assassinos russos.

Na quarta-feira, dois espíões russos "ilegais" presos na Eslovênia foram julgados em Liubliana, condenados ao período em que ficaram presos e expulsos do país. Uma fonte com conhecimento do caso disse ao *Guardian* que os dois seriam incluídos na troca.

Nota

RIO PRORROGA VACINAÇÃO CONTRA VARIANTE XBB DA COVID-19 ATÉ AMANHÃ

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio ampliou até amanhã o programa de vacinação contra a variante XBB da Covid-19 para pessoas com 5 anos ou mais. A finalidade é utilizar as doses do imunizante que, devido ao seu tempo de conservação, devem ser aplicadas antes do fim do prazo de validade. O imunizante contra a variante XBB está disponível em todas as 238 clínicas da família e centros municipais de saúde. Os moradores podem se dirigir também ao Super Centro Carioca de Vacinação em Botafogo, que funciona das 8h às 22h, e à unidade do Super Centro Carioca de

Vacinação no ParkShopping CampoGrande, com horários de funcionamento alinhados ao centro comercial, a partir das 10h.